

## POLICIAMENTO COMUNITÁRIO E CONFIANÇA NA AMAZÔNIA: DESAFIOS E POTENCIALIDADE PARA A SEGURANÇA PÚBLICA DO CIDADÃO

### COMMUNITY POLICING AND TRUST IN THE AMAZON: CHALLENGES AND POTENTIAL FOR CITIZEN PUBLIC SAFETY

Tânia Regina Tavares Rebello de Souza<sup>1</sup>

Rayan Cristhian Viana Freitas<sup>2</sup>

Shayene Sales da Silva<sup>3</sup>

Denison Melo de Aguiar<sup>4</sup>

Flávio Humberto Pascarelli Lopes<sup>5</sup>

Bruno Patrício de Azevedo Campos<sup>6</sup>

**RESUMO:** O presente artigo analisa a implementação e os impactos do policiamento comunitário no estado do Amazonas, com foco na construção de laços de confiança entre as instituições de segurança pública e a sociedade civil. Diante dos desafios geográficos e sociais peculiares da região amazônica, como a dispersão populacional em áreas ribeirinhas e a influência de organizações criminosas transfronteiriças, o estudo investiga como a filosofia de proximidade pode mitigar a violência e promover a cidadania. A pesquisa fundamenta-se em levantamento bibliográfico e análise de dados estatísticos do Anuário Brasileiro de Segurança Pública e relatórios da Secretaria de Segurança Pública do Amazonas (SSP-AM). Os resultados indicam que, apesar dos avanços na redução de índices de criminalidade letal em 2024 e 2025, a consolidação da confiança pública ainda enfrenta barreiras estruturais, exigindo estratégias integradas que considerem as especificidades locais e a valorização dos profissionais de segurança. O estudo conclui que a adaptação do modelo de policiamento às realidades fluviais e a redução da vitimização policial são pilares fundamentais para a eficácia das políticas de segurança na região.

**Palavras-chave:** Policiamento Comunitário. Confiança Pública. Amazônia. Segurança Pública. Amazonas.

<sup>1</sup> Especialista em Segurança Pública (FOCUS). Bacharel em Administração (Escola Superior Batista do Amazonas-ESBAM). Cadete da Academia da Polícia Militar do Amazonas (APM/PMAM). Bacharelanda em Segurança Pública e do Cidadão pela Universidade do Estado do Amazonas (UEA).

<sup>2</sup> Mestre em Ciências, Inovação e Tecnologia para a Amazônia pela Universidade Federal do Acre (PPGCITA/UFAC). Especialista em Segurança Pública pela Faculdade Focus. Licenciado em Química pela Universidade Federal do Acre (UFAC). Aluno Oficial PM. Bacharelando em Segurança Pública e do Cidadão pela Universidade do Estado do Amazonas (UEA).

<sup>3</sup> Especialista em Segurança Pública pela Faculdade FOCUS. Especialista em Gestão de Pessoas pela Escola Superior Aberta do Brasil (ESAB). Bacharel em Engenharia de Petróleo e Gás pela Universidade Federal do Amazonas (UFAM). Cadete da Academia da Polícia Militar do Amazonas (APM/PMAM). Bacharelanda em Segurança Pública e do Cidadão pela Universidade do Estado do Amazonas (UEA).

<sup>4</sup> Pós-Doutor UniSalento (Itália-2024), Doutor em Direito. Doutor em Direito pelo Programa de Pós-Graduação em Direito da Universidade Federal de Minas Gerais (PPGD/ UFMG). Mestre em Direito Ambiental pelo Programa de Pós- Graduação em Direito Ambiental da Universidade do Estado do Amazonas (PPGDA/ UEA). Advogado. Graduado em Direito pela Universidade da Amazônia (UNAMA/PA). Professor de ensino superior do curso de Direito da UEA. Professor da Academia de Polícia Militar do Amazonas (APM-PMAM). Professor de ensino superior do Centro Universitário de Ensino Superior do Amazonas (CIESA). Coordenador da Clínica de Mecanismos de soluções de Conflitos (MARbIC/UEA). Coordenador da Clínica de Direito e Cidadania LGBTI (CLGBTI/UEA). Coordenador da Clínica de Direito dos Animais (YINUAKA-UEA). Editor-chefe da RevistaEquidade. Integrante do Grupo de pesquisa Desafios do Acesso aos Direitos Humanos no Contexto Amazônico da Escola Superior da magistratura do Amazonas (ESMAM). Professor permanente do Programa de Pós-Graduação em Segurança Pública, cidadania e Direitos Humanos (PPGSP/UEA).

<sup>5</sup> Pós-Doutor em Direito pela UniSalento. Bacharel em Direito pela Universidade Federal do Amazonas. Mestre em Direito pela Universidade Federal de Pernambuco. Doutor em Direito Constitucional pela Universidade de Fortaleza. Diretor da Escola Superior da Magistratura do Amazonas. Desembargador do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas.

<sup>6</sup> Especialista em Docência do Ensino Superior pela Faculdade La Salle de Manaus – UNILASSALE, E em MBA em Gestão Estratégica da Administração Pública pela Faculdade Descomplica – DESCOMPLICA. Graduado em Direito pela Escola Superior Batista do Amazonas – ESBAM. Chefe do Estado Maior Geral e Coronel da Polícia Militar do Amazonas – PMAM.

**ABSTRACT:** This article analyzes the implementation and impacts of community policing in the state of Amazonas, focusing on building trust between public security institutions and civil society. Given the unique geographical and social challenges of the Amazon region, such as population dispersion in riverside areas and the influence of cross-border criminal organizations, the study investigates how the philosophy of proximity can mitigate violence and promote citizenship. The research is based on a bibliographic survey and analysis of statistical data from the Brazilian Public Security Yearbook and reports from the Amazonas Public Security Secretariat (SSP-AM). The results indicate that, despite progress in reducing lethal crime rates in 2024 and 2025, the consolidation of public trust still faces structural barriers, requiring integrated strategies that consider local specificities and the appreciation of security professionals. The study concludes that the adaptation of the policing model to riverine realities and the reduction of police victimization are fundamental pillars for the effectiveness of security policies in the region.

**Keywords:** Community Policing. Public Trust. Amazon. Public Security. Amazonas.

## INTRODUÇÃO

A delimitação temática deste estudo concentra-se na interseção entre as estratégias de policiamento comunitário e a percepção de confiança da população amazônica nas forças de segurança. No contexto do Amazonas, a segurança pública transcende a mera aplicação da lei, exigindo uma compreensão profunda das dinâmicas territoriais e sociais que caracterizam a maior floresta tropical do mundo. A justificativa para esta abordagem reside na necessidade premente de superar o modelo tradicional de policiamento reativo, que muitas vezes se mostra insuficiente diante da complexidade dos crimes ambientais, do tráfico fluvial e da violência urbana em capitais como Manaus. A segurança na Amazônia não pode ser dissociada da presença do Estado em suas múltiplas formas, sendo o policial, muitas vezes, o único representante do poder público em comunidades isoladas.

O estudo possui relevância social ao propor uma reflexão sobre como a coprodução da segurança, envolvendo a participação ativa do cidadão, pode transformar a realidade de comunidades vulneráveis. A justificativa social ancora-se no direito fundamental à segurança, que deve ser garantido não apenas pela presença física do Estado, mas pela legitimidade de suas ações. Nesse sentido, a relevância social do policiamento comunitário manifesta-se na capacidade de reduzir o medo do crime e aumentar a colaboração comunitária, elementos essenciais para a eficácia das políticas públicas. A construção de uma relação de confiança é, portanto, um imperativo para a manutenção da ordem democrática e para a garantia da paz social em um território marcado por profundas desigualdades.

O objetivo geral deste artigo é avaliar os desafios e as potencialidades do policiamento comunitário no Amazonas como ferramenta de promoção da confiança pública e redução da criminalidade. Os objetivos específicos são: 1. Analisar o panorama atual da segurança pública

no Amazonas com base em dados recentes do Anuário Brasileiro de Segurança Pública; 2. Identificar os principais obstáculos à implementação da filosofia de polícia comunitária na região, com foco nas barreiras geográficas e institucionais; 3. Discutir a relação entre a vitimização policial e a confiança da sociedade, analisando como o bem-estar do agente público reflete na qualidade do serviço prestado.

O estudo aborda um problema científico central: em que medida as estratégias de policiamento de proximidade conseguem superar os desafios geográficos e a desconfiança histórica da população na Amazônia para gerar resultados efetivos na segurança pública? A hipótese sustentada é que a adaptação das diretrizes nacionais de policiamento comunitário às realidades locais, aliada ao investimento em inteligência, valorização profissional e infraestrutura fluvial, é capaz de elevar os índices de confiança e reduzir a violência de forma sustentável. A hipótese sugere ainda que a confiança institucional é diretamente proporcional à transparência e à legitimidade das abordagens policiais.

Historicamente, a Amazônia tem sido palco de conflitos territoriais e sociais que moldaram a percepção de segurança de seus habitantes. Como bem observa AGUIAR e SANTOS (2023, p. 245), a gestão do território na região muitas vezes enfrenta o desafio da “grilagem em terras públicas”, o que gera uma sensação de insegurança jurídica e física que repercute nas políticas de segurança pública. Esta realidade exige que o Estado não apenas ocupe o espaço, mas o faça de forma legítima e integrada às demandas locais. A grilagem e os crimes ambientais criam um ambiente de impunidade que afeta a credibilidade das instituições de controle, tornando o policiamento comunitário um desafio ainda maior em áreas de fronteira agrícola e mineral.

A segurança pública no Amazonas, especialmente em sua capital, Manaus, apresenta contrastes significativos. Em estudos recentes, SÁ LEITÃO e AGUIAR (2025, p. 1635) destacam que a análise dos homicídios em Manaus revela “desafios e perspectivas que exigem uma inteligência em segurança pública (ISP) robusta para enfrentar a dinâmica das organizações criminosas”. A confiança na polícia, portanto, não é apenas um constructo subjetivo, mas o resultado da percepção de eficácia no combate ao crime organizado que aflige as periferias urbanas e as rotas fluviais. A presença de facções criminosas que disputam o controle do tráfico de drogas impõe uma pressão constante sobre as forças policiais e sobre a população civil, que muitas vezes se vê entre o fogo cruzado e a ausência de proteção estatal efetiva.

A relevância social deste debate é amplificada quando consideramos a vitimização dos próprios agentes de segurança. De acordo com PESSOA e AGUIAR (2026, p. 10), a “violência invisível” que atinge os policiais militares no Amazonas, manifestada em altos índices de estresse e vitimização institucional, compromete a capacidade de estabelecer vínculos saudáveis com a comunidade. Um policial desvalorizado ou psicologicamente exaurido dificilmente conseguirá exercer a empatia necessária para o policiamento comunitário. A saúde mental do policial é, portanto, uma questão de segurança pública, pois afeta diretamente a forma como o serviço é prestado e como a força é utilizada durante as intervenções.

Além disso, a dimensão geográfica impõe barreiras únicas. O policiamento fluvial, por exemplo, é a espinha dorsal da segurança em vastas áreas do estado. Segundo SIQUEIRA e AGUIAR (2026, p. 5), os desafios estratégicos e operacionais nas regiões ribeirinhas demandam um modelo de policiamento que seja, ao mesmo tempo, ostensivo e comunitário, garantindo que as populações mais isoladas não se sintam desamparadas pelo poder público. A logística fluvial é cara e complexa, exigindo embarcações adequadas e treinamento específico para enfrentar piratas dos rios e o tráfico transfronteiriço, mantendo, ao mesmo tempo, a proximidade com o cidadão ribeirinho.

A confiança nas instituições também passa pela transparência e pelo controle. Pinheiro, Aguiar e Zogahib (2025, p. 6118) ressaltam que o controle da atividade de inteligência na PMAM é fundamental para assegurar que as ações policiais respeitem os direitos fundamentais, fortalecendo a legitimidade necessária para a cooperação cidadã. Sem transparência, a filosofia de polícia comunitária corre o risco de ser percebida como uma mera estratégia de vigilância disfarçada. A sociedade contemporânea exige mecanismos de accountability que permitam auditar as ações policiais e garantir que o poder de polícia seja exercido dentro dos limites da legalidade.

No âmbito das políticas nacionais, o alinhamento com o II Plano Nacional de Segurança Pública e Defesa Social (2021-2030) é essencial. Como analisado por Santos e Aguiar (2022, p. 12), a integração entre os entes federativos e a padronização de procedimentos são pilares para que o policiamento comunitário deixe de ser um projeto isolado e se torne uma política de Estado perene. A fragmentação das políticas de segurança e a descontinuidade administrativa são inimigas da construção de laços de confiança, que levam anos para serem estabelecidos e podem ser rompidos por mudanças bruscas na gestão pública.

A formação profissional é outro ponto nevrálgico. A percepção dos alunos do Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais (CAO) sobre a instrução de tiro e habilitação, conforme estudado

por Santos, Zogahib e Aguiar (2025, p. 1714), indica que a qualificação técnica deve caminhar junto com a formação humanística. O uso proporcional da força é um dos principais indicadores que a comunidade utiliza para balizar sua confiança na polícia. A qualificação técnica não deve ser vista apenas como o domínio da arma, mas como o domínio da técnica de mediação e da inteligência emocional necessária para resolver conflitos sem o uso desnecessário da violência.

A tecnologia também desempenha um papel ambivalente na construção dessa confiança. Enquanto o “cerco inteligente” e o videomonitoramento podem reduzir roubos de veículos (NEVES, POLARI e AGUIAR, 2025, p. 7510), o uso dessas ferramentas deve ser acompanhado de protocolos que evitem abusos e garantam a privacidade, mantendo o equilíbrio entre segurança e liberdade. A tecnologia deve ser uma aliada do policiamento comunitário, fornecendo dados que permitam à polícia atuar de forma mais cirúrgica e menos invasiva, aumentando a sensação de segurança sem comprometer os direitos civis.

Por fim, a qualidade de vida do policial reflete diretamente no atendimento ao cidadão. A educação financeira, por exemplo, é apontada por Azevedo, Dantas e Aguiar (2025, p. 9795) como um fator de melhoria na qualidade de vida dos militares do Amazonas, o que indiretamente potencializa a disposição para o serviço comunitário e a resolução pacífica de conflitos. Um agente público com estabilidade emocional e financeira está mais apto a lidar com as pressões do cotidiano policial e a tratar o cidadão com o respeito e a dignidade que a filosofia comunitária exige.

A complexidade da segurança pública na Amazônia exige uma análise que vá além das estatísticas de criminalidade. É necessário compreender que a “presença do Estado” na região é frequentemente intermitente e, por vezes, percebida como externa aos interesses locais. A construção de uma segurança pública cidadã depende da superação dessa percepção de exterioridade, transformando o aparato policial em um agente de proteção e integração. O policiamento comunitário, ao priorizar o diálogo e a resolução de problemas em parceria com a sociedade, oferece um caminho para essa transformação. No entanto, a implementação dessa filosofia esbarra em desafios estruturais históricos, como a falta de investimento em infraestrutura básica e a carência de pessoal qualificado para atuar em contextos de alta complexidade social e ambiental.

Além disso, a relação entre a confiança pública e a eficácia das investigações criminais é um ponto de interseção crucial. Quando a população não confia na polícia, a subnotificação de crimes aumenta, o que gera dados estatísticos irreais e dificulta o planejamento estratégico das ações de segurança. O policiamento comunitário atua na base dessa cadeia, incentivando o

cidadão a reportar ocorrências e a colaborar com informações que são vitais para o trabalho de inteligência. Sem essa colaboração, a polícia atua “às cegas”, limitando-se a intervenções reativas que raramente atacam as causas estruturais da violência. A confiança é, portanto, o insumo básico para uma segurança pública baseada em dados e evidências.

No contexto específico do Amazonas, a dinâmica fluvial impõe um ritmo diferente à segurança. O tempo de resposta para uma ocorrência em uma comunidade ribeirinha pode ser de horas ou até dias, dependendo da disponibilidade de embarcações e das condições de navegabilidade. Essa realidade exige que o policiamento comunitário na região seja dotado de uma autonomia e de uma capilaridade que não são necessárias em centros urbanos tradicionais. O policial que atua nessas áreas deve ser, simultaneamente, um agente de segurança, um mediador de conflitos e um elo de ligação com outros serviços públicos, como saúde e assistência social. Essa multifuncionalidade do agente de segurança na Amazônia é um dos temas centrais que este artigo busca explorar, analisando como essa proximidade forçada pela geografia pode ser convertida em uma potencialidade para o fortalecimento da confiança institucional.

Portanto, este artigo se propõe a navegar por essas múltiplas dimensões, utilizando a experiência empírica e acadêmica acumulada para propor caminhos que fortaleçam a segurança pública na Amazônia sob a égide da confiança e da participação comunitária. A introdução, ao longo destas páginas, buscou fundamentar a necessidade de uma visão holística da segurança, que integre o policial, a comunidade e o território em um projeto comum de cidadania.

A presente pesquisa adota uma abordagem qualitativa e quantitativa, caracterizando-se como um estudo de natureza exploratória e descritiva. O procedimento metodológico fundamenta-se no levantamento bibliográfico e documental, com a análise de obras clássicas sobre policiamento comunitário e a consulta a periódicos científicos de relevância nacional e internacional, com ênfase na produção acadêmica voltada para a realidade amazônica. Foram utilizados como fontes primárias os dados estatísticos do 18º e 19º Anuário Brasileiro de Segurança Pública (2024-2025) e relatórios oficiais da Secretaria de Segurança Pública do Amazonas (SSP-AM). A escolha desta metodologia justifica-se pela necessidade de confrontar as teorias de policiamento de proximidade com a realidade empírica dos índices de criminalidade e percepção de segurança no estado do Amazonas.

O levantamento bibliográfico priorizou trabalhos que discutem a segurança pública sob a ótica da confiança institucional e da eficácia social das polícias. Nesse sentido, foram selecionadas produções científicas que abordam especificamente o contexto do Amazonas, como os trabalhos de Albuquerque (2008) sobre a percepção dos atores envolvidos no

policciamento comunitário local, e as contribuições de Aguiar (2025) sobre a coprodução de segurança em Manaus. A técnica de análise de conteúdo foi aplicada para interpretar os dados e as teorias levantadas, buscando correlacionar as estratégias de policiamento implementadas com os índices de criminalidade e a percepção de segurança da população local. A pesquisa buscou integrar a visão de autores clássicos da segurança pública brasileira, como Beato (2018) e Rolim (2018), para fundamentar a discussão teórica sobre a transição do modelo tradicional para o comunitário.

A pesquisa também considerou a análise de indicadores de desempenho institucional e vitimização, buscando compreender a relação entre as condições de trabalho dos agentes de segurança e a qualidade do serviço prestado à comunidade. A estruturação dos dados quantitativos foi realizada por meio de tabelas comparativas, que facilitam a visualização da evolução dos índices criminais no estado do Amazonas nos últimos anos. Esta integração de métodos permite uma visão holística do fenômeno estudado, fundamentando as discussões e conclusões apresentadas neste artigo. A análise documental incluiu ainda o II Plano Nacional de Segurança Pública e Defesa Social, permitindo verificar o alinhamento das políticas estaduais com as diretrizes federais de policiamento comunitário e direitos humanos.

A coleta de dados secundários foi realizada em bases de dados eletrônicas como o Google Acadêmico, SciELO e portais de revistas científicas especializadas em segurança pública. Foram estabelecidos critérios de inclusão baseados na atualidade das publicações (priorizando os últimos cinco anos) e na relevância dos autores para o campo de estudo. A análise quantitativa focou nos indicadores de Mortes Violentas Intencionais (MVI), letalidade policial e crimes patrimoniais, utilizando Manaus como o principal polo de análise urbana e o interior do estado como representação dos desafios geográficos. A pesquisa ética foi garantida pela utilização exclusiva de dados públicos e bibliográficos, respeitando os direitos autorais e as normas de citação da ABNT.

## 2. O CENÁRIO DA SEGURANÇA PÚBLICA NA AMAZÔNIA E O PAPEL DO POLÍCIAMENTO COMUNITÁRIO

A Amazônia brasileira apresenta um cenário de segurança pública marcado por complexidades transnacionais e locais. A vasta extensão territorial, aliada à porosidade das fronteiras, transforma a região em um corredor estratégico para o tráfico internacional de drogas e armas. No entanto, para o cidadão comum, a insegurança muitas vezes se manifesta no cotidiano urbano e nas dificuldades de acesso ao Estado em áreas remotas. O policiamento

comunitário surge, então, não apenas como uma técnica de patrulhamento, mas como uma filosofia que busca reinserir a polícia no tecido social, transformando-a em uma parceira na resolução de problemas locais. Como destaca LIMA (2015), a gestão da segurança no Brasil exige uma superação do modelo punitivista em favor de uma governança que priorize a preservação da vida e a integração social.

No Amazonas, a implementação dessa filosofia enfrenta o desafio de adaptar modelos concebidos para realidades urbanas densas a um território onde a mobilidade é predominantemente fluvial. A confiança pública é o combustível necessário para que essa engrenagem funcione; sem ela, a comunidade se retrai e o crime organizado preenche o vácuo deixado pelo Estado. Como demonstrado em Aguiar, Damasceno e Silva Júnior (2025), iniciativas como a “Rede de Vizinhos Protegidos” em Manaus exemplificam o potencial da coprodução de segurança, onde a vigilância mútua e a comunicação direta com a polícia reduzem as oportunidades criminais e fortalecem o capital social. A participação comunitária, portanto, não deve ser vista como uma transferência de responsabilidade, mas como uma estratégia de inteligência compartilhada que aumenta a eficiência das ações preventivas.

A transição para o policiamento comunitário no Amazonas também exige uma mudança na cultura institucional das polícias. O modelo tradicional, focado na repressão e no confronto, muitas vezes gera uma barreira entre o policial e o cidadão, especialmente em áreas de alta vulnerabilidade social. Autores como Costa (2015) argumentam que a legitimidade da polícia depende da forma como ela exerce sua autoridade; abordagens respeitosas e transparentes tendem a gerar maior cooperação da comunidade. Na Amazônia, onde o policial é frequentemente visto como uma figura de autoridade distante, o policiamento de proximidade tem o poder de humanizar a instituição e transformar o medo em respeito mútuo, elemento essencial para a eficácia de qualquer política de segurança de longo prazo.

Além disso, o policiamento comunitário na região deve estar atento às especificidades dos crimes ambientais e fundiários. A atuação policial em áreas de preservação ou em conflitos de terra exige uma sensibilidade que vai além da técnica policial comum. A integração com órgãos ambientais e com as lideranças comunitárias é fundamental para evitar que a polícia seja percebida como um agente de opressão em favor de interesses econômicos escusos. O fortalecimento da confiança passa, necessariamente, pela percepção de que a polícia atua de forma imparcial e em defesa do bem comum, protegendo tanto o cidadão quanto o patrimônio ambiental que é vital para a sobrevivência das comunidades locais.

A discussão sobre o gerencialismo na segurança pública brasileira, conforme apontado por Ferreira e Borges (2026), revela uma tensão inerente entre a busca por metas quantitativas e a filosofia de policiamento comunitário. Enquanto o gerencialismo foca em indicadores como o número de prisões e apreensões, o policiamento comunitário valoriza a qualidade das interações e a redução do medo do crime, métricas que são mais difíceis de quantificar, mas que têm um impacto profundo na confiança pública. No Amazonas, essa tensão é evidente na gestão das unidades policiais, que precisam equilibrar a pressão por resultados imediatos com a necessidade de investir tempo e recursos na construção de laços comunitários de longo prazo. A eficácia social da polícia não deve ser medida apenas pelo que ela retira das ruas (criminosos e armas), mas pelo que ela deixa nas comunidades: segurança, ordem e confiança.

A legitimidade procedimental é outro conceito fundamental para entender a confiança nas instituições policiais amazônicas. A forma como o policial aborda o cidadão, a clareza nas explicações sobre os motivos de uma intervenção e o respeito demonstrado durante o contato são fatores que influenciam mais a percepção de legitimidade do que a própria eficácia no combate ao crime. Em comunidades onde o histórico de interação com o Estado é marcado por abusos ou negligência, a adoção de protocolos de abordagem baseados na justiça procedimental é uma ferramenta poderosa para reverter a desconfiança. O policiamento comunitário, ao treinar os agentes para atuarem como mediadores e protetores, e não apenas como forças de repressão, ataca diretamente a raiz da deslegitimação institucional, criando um ambiente onde a cooperação cidadã torna-se a norma, e não a exceção.

O papel das tecnologias de monitoramento, como o “cerco inteligente”, deve ser analisado sob a ótica da sua capacidade de liberar o efetivo policial para atividades de maior interação humana. Se a tecnologia consegue automatizar a fiscalização de veículos e a identificação de áreas de risco, o policial pode dedicar mais tempo ao patrulhamento a pé e ao diálogo com os moradores e comerciantes. No entanto, o risco reside na “tecnologização” da segurança em detrimento do fator humano. A confiança não é depositada em câmeras ou algoritmos, mas nas pessoas que operam esses sistemas e que dão a resposta final às demandas da sociedade. Portanto, a inovação tecnológica no Amazonas deve servir como um suporte ao policiamento comunitário, e não como um substituto para a presença física e empática do Estado nas comunidades.

#### 4. DESAFIOS GEOGRÁFICOS E SOCIAIS PARA A CONFIANÇA NAS INSTITUIÇÕES POLICIAIS

A geografia amazônica não é apenas um cenário, mas um fator determinante das políticas de segurança. Em cidades como Itacoatiara, os desafios estruturais e as estratégias de segurança precisam considerar a dinâmica entre o centro urbano e as áreas rurais/ribeirinhas (SILVA FILHO *et al.*, 2025). A demora na resposta policial devido às distâncias e às dificuldades de navegação gera uma percepção de abandono que corrói a confiança do cidadão. Para mitigar esse efeito, o policiamento comunitário deve ser descentralizado e dotado de recursos que garantam a presença constante, e não apenas episódica, do braço estatal. A utilização de bases fluviais móveis, como a Base Arpão, representa um avanço significativo na tentativa de levar a segurança pública aos confins dos rios amazônicos, combatendo não apenas o tráfico, mas oferecendo suporte às populações isoladas.

Socialmente, a confiança é abalada por episódios de violência e pela percepção de impunidade. A relação entre a polícia e grupos vulneráveis, como as comunidades ribeirinhas e indígenas, exige um preparo antropológico e de direitos humanos. O policiamento de proximidade, quando bem executado, funciona como um anteparo contra a truculência e promove a mediação de conflitos, evitando que desentendimentos banais escalem para crimes violentos. Como aponta Rolim (2018), a confiança nas polícias é construída no detalhe das interações cotidianas; um atendimento atencioso em uma delegacia ou uma abordagem educada na rua valem mais para a imagem da instituição do que grandes operações espetaculosas que não alteram a rotina de medo do cidadão.

Outro desafio social relevante é a influência de economias ilícitas na vida das comunidades. Em muitas áreas da Amazônia, o tráfico de drogas e a exploração ilegal de recursos naturais tornam-se, na ausência do Estado, os principais provedores de ordem e sustento. O policiamento comunitário precisa competir com essas estruturas de poder paralelo, oferecendo uma alternativa de segurança que seja percebida como superior e legítima. Isso exige que a polícia atue de forma coordenada com outras políticas públicas de educação, saúde e assistência social, pois a segurança isolada não é capaz de romper os ciclos de criminalidade alimentados pela pobreza e pela falta de oportunidades. A construção da confiança, portanto, é um projeto de Estado que envolve a presença integral das instituições na vida do cidadão.

O policiamento fluvial no Amazonas, exemplificado pela atuação da Base Arpão, constitui um dos pilares da estratégia de segurança em regiões ribeirinhas. A Base Arpão opera como uma unidade flutuante multivariada, integrando policiais militares, civis e agentes de

inteligência em um esforço coordenado para combater o tráfico de drogas, a pirataria nos rios e os crimes ambientais. Segundo Siqueira e Aguiar (2025), essa modalidade de policiamento enfrenta desafios logísticos imensos, desde o abastecimento de combustível em áreas remotas até a manutenção de comunicações estáveis via satélite. No entanto, a presença da base flutuante altera a dinâmica de poder nos rios, oferecendo um ponto de referência e proteção para os ribeirinhos que, anteriormente, ficavam à mercê de grupos criminosos transfronteiriços. A confiança do cidadão ribeirinho na polícia é fortalecida quando ele percebe que o Estado está disposto a investir recursos significativos para garantir a segurança em áreas historicamente negligenciadas.

A eficácia do policiamento fluvial também depende da capacidade de integração com as comunidades locais. O policial fluvial não deve ser apenas um fiscal das águas, mas um agente que compreende as necessidades específicas das populações que vivem da pesca e da agricultura de subsistência. A construção dessa confiança passa por ações de assistência social e médica que muitas vezes acompanham as operações policiais nas comunidades ribeirinhas. Essa visão holística da segurança, que combina repressão ao crime organizado com apoio social à população vulnerável, é a essência do policiamento comunitário adaptado à realidade amazônica. A legitimidade da Base Arpão, portanto, é medida não apenas pelas toneladas de drogas apreendidas, mas pela sensação de segurança e pelo acolhimento que ela proporciona aos cidadãos que habitam as margens dos rios Solimões e Negro.

11

Além disso, a cooperação internacional em áreas de fronteira é um componente vital para a segurança na Amazônia. O policiamento comunitário nessas regiões deve considerar que a criminalidade é transnacional, exigindo uma atuação coordenada com as polícias de países vizinhos, como Colômbia e Peru. A confiança pública nessas áreas é influenciada pela percepção de que o Estado brasileiro é capaz de proteger sua soberania e seus cidadãos contra ameaças externas. O fortalecimento das bases fluviais e o investimento em patrulhamento comunitário transfronteiriço são estratégias que visam não apenas o controle territorial, mas a garantia dos direitos fundamentais das populações que vivem nas zonas de fronteira, onde a ausência do Estado costuma ser preenchida pela lei do mais forte.

O alinhamento das políticas de segurança do Amazonas com o II Plano Nacional de Segurança Pública e Defesa Social (2021-2030) é um passo estratégico para a consolidação do policiamento comunitário como política de Estado. Como analisado por Santos e Aguiar (2022), esse plano nacional estabelece diretrizes para a integração entre os entes federativos, a padronização de procedimentos e o investimento em tecnologias de informação. No Amazonas,

a aplicação dessas diretrizes permite que as polícias estaduais acessem recursos federais e participem de operações integradas, aumentando a capilaridade das ações de segurança. A confiança pública é beneficiada por essa integração, pois o cidadão percebe um Estado mais organizado e capaz de atuar de forma sistêmica contra o crime. No entanto, a burocracia e as divergências políticas entre as esferas de governo ainda representam obstáculos que precisam ser superados para que a integração seja plena e efetiva.

A padronização de procedimentos, proposta pelo plano nacional, tem um impacto direto na legitimidade das abordagens policiais. Quando o cidadão percebe que a polícia atua de forma previsível e baseada em protocolos técnicos, a desconfiança em relação a possíveis abusos diminui. No contexto amazônico, essa padronização deve respeitar as diversidades culturais das populações tradicionais, adaptando os procedimentos de abordagem para contextos ribeirinhos e indígenas. O policiamento comunitário, ao atuar como um elo entre as diretrizes nacionais e as realidades locais, garante que a segurança pública seja exercida com respeito à dignidade humana e às especificidades territoriais. A construção da confiança, portanto, depende desse equilíbrio delicado entre a norma nacional e a prática local, onde a flexibilidade e a sensibilidade do agente de segurança são tão importantes quanto o cumprimento do dever legal.

Além disso, o investimento em inteligência e em bancos de dados integrados permite que a polícia atue de forma mais cirúrgica, reduzindo a necessidade de intervenções ostensivas de larga escala, que muitas vezes geram tensão com a comunidade. A inteligência em segurança pública, quando compartilhada entre as esferas estadual e federal, potencializa o combate ao crime organizado transfronteiriço, que é a principal fonte de instabilidade na Amazônia. O policiamento comunitário beneficia-se dessa inteligência ao receber informações que permitem prevenir crimes antes que eles ocorram, aumentando a eficácia das ações de proximidade. A confiança pública é fortalecida quando a sociedade percebe que a polícia é capaz de antecipar-se ao crime, agindo de forma estratégica e protetiva, e não apenas reativa. A segurança na Amazônia, portanto, deve ser pensada como um sistema integrado de inteligência, tecnologia e participação social.

A formação dos oficiais da Polícia Militar do Amazonas, especialmente no âmbito do Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais (CAO), é um elemento central para a difusão da filosofia de policiamento comunitário na corporação. A percepção dos alunos sobre a instrução de tiro e a habilitação técnica, conforme estudado por Santos, Zogahib e Aguiar (2025), revela que a excelência técnica é vista como um requisito para a segurança do próprio policial e do cidadão. No entanto, a formação deve ir além do domínio das armas, incorporando disciplinas de direitos

humanos, mediação de conflitos e gestão de crises. O oficial aperfeiçoado deve ser capaz de liderar seus subordinados na implementação de estratégias de proximidade, garantindo que o policiamento comunitário seja uma prática disseminada em todos os níveis da instituição. A confiança da sociedade na polícia é, em última análise, um reflexo da qualidade da liderança e da formação de seus quadros de oficiais.

Além disso, a formação continuada deve incluir o uso de novas tecnologias, como câmeras corporais e sistemas de georreferenciamento de ocorrências. Essas ferramentas aumentam a transparência das ações policiais e fornecem dados para a avaliação constante do desempenho institucional. O policiamento comunitário beneficia-se dessa transparência ao oferecer à sociedade mecanismos de controle social sobre a atividade policial. A confiança é um processo de via dupla: a polícia deve confiar na comunidade para obter informações e colaboração, e a comunidade deve confiar na polícia para exercer o monopólio da força de forma justa e responsável. A formação profissional é o elo que une essas duas pontas, garantindo que o agente de segurança pública seja um verdadeiro promotor da cidadania e da paz social na Amazônia.

A qualidade de vida do policial militar é um fator determinante para a eficácia do policiamento comunitário. Como demonstrado por Azevedo, Dantas e Aguiar (2025), a educação financeira desempenha um papel crucial na estabilidade emocional e profissional dos agentes de segurança no Amazonas. Um policial com problemas financeiros graves tende a sofrer de níveis elevados de estresse, o que pode comprometer sua capacidade de julgamento durante as interações com a comunidade. A filosofia de proximidade exige do agente uma disposição para o diálogo e a empatia, qualidades que são difíceis de manter quando o profissional está lidando com crises pessoais profundas. Investir no bem-estar do policial, portanto, é uma estratégia de segurança pública que visa garantir um atendimento mais humano e eficiente ao cidadão. A confiança pública nasce dessa relação de respeito mútuo, onde o agente de segurança é visto como um cidadão fardado que também necessita de suporte e valorização por parte do Estado.

A saúde mental é outro componente vital da qualidade de vida institucional. O ambiente de trabalho policial é inerentemente estressante, especialmente na Amazônia, onde as condições geográficas e a complexidade criminal impõem desafios adicionais. A implementação de programas de apoio psicológico e a promoção de um ambiente organizacional saudável são fundamentais para reduzir os índices de vitimização institucional. O policiamento comunitário, ao humanizar a relação entre a polícia e a sociedade, também contribui para a saúde mental do

policial, que passa a ser visto como um parceiro da comunidade, e não apenas como um alvo ou um agente de repressão. Essa mudança de percepção social tem um efeito positivo na autoestima do profissional e na sua motivação para o serviço, refletindo-se em abordagens mais equilibradas e em uma maior disposição para a resolução pacífica de conflitos.

Além disso, a valorização profissional deve incluir planos de carreira claros e sistemas de premiação baseados no desempenho comunitário, e não apenas em métricas repressivas. Quando o policial é recompensado por mediar um conflito com sucesso ou por implementar um projeto social em sua área de atuação, a instituição envia uma mensagem clara sobre suas prioridades. A confiança da sociedade é fortalecida quando ela percebe que a polícia valoriza os agentes que constroem a paz, e não apenas os que combatem o crime. A integração entre a qualidade de vida do policial e a eficácia social da polícia é o que garante a sustentabilidade do policiamento comunitário no Amazonas. Uma segurança pública forte é feita por profissionais valorizados, saudáveis e comprometidos com os valores da democracia e da cidadania.

O impacto das tecnologias de videomonitoramento, especificamente o “Cercos Inteligentes” implementado em Manaus, representa uma mudança de paradigma na segurança pública patrimonial e preventiva. Conforme discutido por Neves, Polari e Aguiar (2025), a integração de câmeras de leitura de placas (OCR) e o cruzamento de dados em tempo real permitiram uma redução drástica nos roubos de veículos, um crime que frequentemente alimenta outras modalidades criminosas, como assaltos e tráfico de drogas. A tecnologia, ao atuar como um multiplicador de forças, permite que a polícia tenha uma visão panorâmica da mancha criminal na capital, otimizando o posicionamento das viaturas e o tempo de resposta às ocorrências. Para o cidadão, a eficácia do cerco inteligente traduz-se em uma maior sensação de segurança e na percepção de que o Estado possui ferramentas modernas para combater a criminalidade urbana. No entanto, a discussão sobre essas tecnologias deve sempre considerar o equilíbrio entre a eficiência operacional e a preservação do direito à privacidade e à proteção de dados dos cidadãos.

A confiança pública nas tecnologias de segurança é fortalecida quando os protocolos de uso são transparentes e auditáveis. O cerco inteligente não deve ser visto apenas como uma ferramenta de vigilância, mas como um componente de um sistema maior de policiamento comunitário e inteligência compartilhada. Quando a polícia utiliza os dados gerados pelas câmeras para informar a comunidade sobre áreas de risco ou para recuperar bens roubados de forma rápida, ela demonstra uma utilidade direta da tecnologia para o bem-estar do cidadão. Essa utilidade percebida é o que gera a aceitação social necessária para a expansão desses

sistemas. No Amazonas, a tecnologia deve ser adaptada para as rotas fluviais, onde o monitoramento de embarcações pode ter um efeito similar ao do cerco inteligente urbano, protegendo os ribeirinhos contra os piratas dos rios e desarticulando as rotas de escoamento de produtos ilícitos.

Além disso, a integração do videomonitoramento com as centrais de atendimento de emergência (CIOPS) permite uma coordenação mais ágil entre as diferentes forças de segurança e órgãos de socorro. O policiamento comunitário beneficia-se dessa agilidade ao garantir que o apoio chegue ao cidadão no momento em que ele mais precisa. A tecnologia, portanto, humaniza a segurança quando ela é utilizada para salvar vidas e proteger o patrimônio de forma eficiente. A discussão sobre o cerco inteligente no Amazonas deve evoluir para incluir a participação da comunidade na definição das áreas prioritárias para o monitoramento, garantindo que a tecnologia atenda às reais demandas de segurança da população local. A construção da confiança institucional na era digital passa por essa capacidade da polícia em ser, ao mesmo tempo, tecnologicamente avançada e socialmente presente.

A dimensão geográfica da segurança pública em municípios do interior, como Itacoatiara, ilustra os desafios estruturais que o policiamento comunitário deve enfrentar no Amazonas. Como analisado por Silva Filho *et al.* (2025), a relação entre o crescimento urbano desordenado e a precariedade dos serviços públicos cria áreas de exclusão onde a criminalidade encontra terreno fértil. O policiamento comunitário em Itacoatiara precisa lidar com a transição de uma cidade de médio porte para um polo regional, onde o aumento do fluxo de pessoas e mercadorias atrai novas modalidades criminosas. A confiança da população é testada pela capacidade da polícia em manter a ordem em um cenário de rápida transformação social, exigindo estratégias que integrem o patrulhamento urbano com a vigilância das áreas rurais e portuárias. A segurança em Itacoatiara é, portanto, um microcosmo dos desafios amazônicos, onde a geografia e a economia local ditam as prioridades da atuação policial.

O fortalecimento da confiança pública em municípios do interior depende da estabilidade do efetivo policial e da sua integração com a vida comunitária. Em muitas cidades do Amazonas, a rotatividade dos policiais é alta, o que impede a criação de laços de confiança duradouros com os moradores. O policiamento comunitário exige que o policial conheça o seu setor de atuação, as lideranças locais e os problemas específicos de cada bairro. Quando o policial reside na comunidade ou permanece por longos períodos na mesma unidade, ele passa a ser visto como um vizinho e um protetor, e não como um estranho fardado que está apenas de passagem. Essa estabilidade é fundamental para que a filosofia de proximidade produza resultados reais na

redução do crime e na melhoria da qualidade de vida da população. O investimento em habitação e infraestrutura para os policiais no interior é, portanto, uma medida indireta de fortalecimento da segurança comunitária.

Além disso, a cooperação entre a polícia e as prefeituras municipais é essencial para o sucesso do policiamento comunitário no interior. A segurança pública não é apenas uma responsabilidade estadual, mas um esforço que envolve a iluminação pública, a limpeza urbana e a organização dos espaços de lazer. Quando a prefeitura e a polícia trabalham juntas para revitalizar uma praça ou para melhorar o acesso a uma comunidade ribeirinha, elas estão atuando preventivamente contra o crime. A confiança do cidadão é maior quando ele percebe que os diferentes níveis de governo estão coordenados para resolver os seus problemas de segurança. Em Itacoatiara, a criação de conselhos comunitários de segurança tem sido uma ferramenta importante para canalizar as demandas da população e para fiscalizar a atuação dos órgãos públicos. A segurança na Amazônia, em última análise, é um projeto de governança local que exige a participação ativa de todos os atores sociais.

A problemática dos crimes ambientais e da grilagem de terras públicas no Amazonas, conforme discutido por Aguiar e Santos (2023), possui uma relação intrínseca com a insegurança pública na região. A ocupação irregular de terras e a exploração ilegal de recursos naturais criam zonas de conflito onde a lei do Estado é frequentemente desafiada por interesses econômicos poderosos e milícias rurais. O policiamento comunitário nessas áreas enfrenta o desafio hercúleo de mediar conflitos entre pequenos produtores, populações tradicionais e grileiros, muitas vezes em territórios onde a presença física da polícia é escassa. A confiança pública é fragilizada quando a população percebe que o Estado não é capaz de garantir a integridade do território e a segurança jurídica das posses. Portanto, a segurança pública na Amazônia deve ser integrada às políticas de gestão ambiental e fundiária, combatendo a impunidade que alimenta a violência no campo e nas franjas das cidades.

A atuação da polícia em crimes ambientais exige uma especialização técnica e uma sensibilidade social que vão além do policiamento convencional. O policial ambiental deve atuar como um educador e um protetor do patrimônio coletivo, buscando a colaboração das comunidades locais para a identificação de focos de desmatamento e garimpo ilegal. O policiamento comunitário ambiental baseia-se na premissa de que a preservação da floresta é indissociável da segurança das pessoas que nela habitam. Quando a comunidade percebe que a polícia está ali para proteger o seu meio de subsistência e o seu território contra invasores, a confiança institucional é fortalecida. No entanto, a falta de recursos e a vastidão do território

amazônico tornam essa tarefa um desafio constante, exigindo o uso de tecnologias de monitoramento remoto e a cooperação com órgãos federais como o IBAMA e a Polícia Federal.

A inserção e a valorização das mulheres na Polícia Militar do Amazonas (PMAM) representam uma dimensão essencial da modernização institucional e do fortalecimento do policiamento comunitário. A presença feminina nas forças de segurança traz uma perspectiva diferenciada para a resolução de conflitos e para o atendimento de ocorrências sensíveis, como a violência doméstica e crimes contra crianças e adolescentes. O policiamento comunitário beneficia-se dessa diversidade, pois a policial feminina muitas vezes consegue estabelecer laços de confiança e empatia com as vítimas que são mais difíceis de serem alcançados por agentes masculinos. No entanto, a trajetória das mulheres na PMAM ainda é marcada por desafios estruturais e culturais, desde a limitação de vagas em concursos até a necessidade de adequação da infraestrutura das unidades policiais. A construção de uma segurança pública verdadeiramente comunitária exige que a instituição reflita a diversidade da sociedade que ela protege, garantindo igualdade de oportunidades e de tratamento para todos os seus membros.

A eficácia do atendimento a grupos vulneráveis é um dos principais indicadores da qualidade do policiamento comunitário. No Amazonas, a criação de delegacias especializadas e o treinamento de patrulhas específicas para o atendimento de mulheres vítimas de violência (como a Ronda Maria da Penha) são exemplos de como a segmentação do policiamento pode aumentar a confiança institucional. Quando a vítima percebe que será atendida por profissionais preparados e sensíveis ao seu trauma, a probabilidade de denúncia aumenta, rompendo ciclos de violência que muitas vezes são invisibilizados. A policial feminina desempenha um papel de liderança nessas iniciativas, atuando como um elo de confiança entre o Estado e as cidadãs que buscam proteção. A valorização da mulher na polícia, portanto, não é apenas uma questão de justiça interna, mas uma estratégia para aumentar a legitimidade e a eficácia social da segurança pública na Amazônia.

O policiamento comunitário em territórios indígenas e comunidades ribeirinhas isoladas representa o ápice do desafio logístico e cultural da segurança pública no Amazonas. Nessas áreas, a autoridade policial deve conviver com sistemas tradicionais de justiça e organização social, exigindo um nível de diálogo e respeito que transcende os protocolos urbanos. A confiança pública nessas comunidades é construída através de uma presença que seja percebida como protetora, e não invasiva. O policial que atua em áreas indígenas deve possuir um conhecimento básico das línguas e costumes locais, evitando abordagens que possam ser interpretadas como desrespeitosas ou agressivas. A segurança pública, quando bem executada

nesses contextos, atua na defesa dos direitos territoriais e culturais dessas populações, combatendo a entrada de garimpeiros ilegais, madeireiros e traficantes que ameaçam a integridade física e social das comunidades.

A mediação de conflitos em áreas remotas exige que o policial atue como um verdadeiro diplomata do Estado. Frequentemente, pequenos desentendimentos entre vizinhos ou disputas por recursos naturais podem escalar para situações de violência se não houver uma intervenção mediadora oportuna. O policiamento comunitário oferece as ferramentas para essa mediação, priorizando o entendimento e a restauração da paz social sobre a punição meramente retributiva. A confiança institucional é fortalecida quando as lideranças indígenas e ribeirinhas percebem na polícia uma aliada para a resolução de seus problemas internos e para a proteção contra ameaças externas. Essa parceria é vital para a manutenção da ordem em um território onde a distância física torna a presença estatal permanente um objetivo difícil de alcançar. A segurança na Amazônia profunda é, portanto, uma construção coletiva que depende do respeito mútuo e da colaboração constante entre a polícia e os povos da floresta.

## 5. RESULTADOS, DISCUSSÕES E ESTATÍSTICAS

A análise dos dados recentes aponta para uma tendência de melhora nos índices de segurança no Amazonas, embora os números absolutos ainda sejam preocupantes. De acordo com o Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2025, o estado alcançou uma redução significativa de 17,4% nas Mortes Violentas Intencionais (MVI) em 2024. Este resultado é reflexo de uma série de ações integradas, que incluem desde operações de inteligência até o fortalecimento do policiamento de proximidade em áreas críticas. A redução da violência letal é o primeiro passo para a recuperação da confiança pública, pois demonstra a capacidade do Estado em proteger o bem mais precioso: a vida.

**TABELA 1:** Índices de criminalidade e desempenho policial no Amazonas

Indicador de Segurança Pública			2023	2024	Variação (%)
Mortes Violentas Intencionais (Estado)			55,3	45,7	-17,4%
Homicídios Dolosos (Manaus)			38,6	32,3	-16,3%
Letalidade em Intervenções Policiais			4,8	3,5	-27,1%
Roubos de Veículos (Manaus)			124,5	85,9	-31,0%
Confiança Institucional (Percepção)			52%	60%	+8,0%

**Fonte:** Elaborado com base no 18º e 19º Anuário Brasileiro de Segurança Pública (2024-2025) e dados da SSP-AM.

A redução da letalidade policial em 27,1% é um dado particularmente relevante para a discussão sobre confiança. Menos mortes em intervenções policiais geralmente indicam um uso mais técnico e profissional da força, o que contribui para a legitimidade da instituição perante a sociedade. Como discutido por Beato (2018), a visão dos policiais sobre o policiamento comunitário muitas vezes esbarra na cultura do confronto, mas os dados mostram que a profissionalização das abordagens gera resultados mais sustentáveis. A queda nos roubos de veículos em Manaus (-31%) também sugere que o uso de tecnologias como o “cerco inteligente” (NEVES *et al.*, 2025) tem sido eficaz, aumentando a sensação de segurança patrimonial, que é um forte componente da confiança pública.

No entanto, a taxa de 45,7 MVI por 100 mil habitantes ainda coloca o Amazonas em uma posição delicada no ranking nacional. A discussão sobre esses resultados deve considerar que a redução quantitativa não significa necessariamente uma melhoria qualitativa na percepção de segurança. O policiamento comunitário precisa preencher essa lacuna, transformando a queda estatística em uma mudança real na vida das pessoas. O aumento de 8% na percepção de confiança institucional em 2025 indica que o caminho está sendo trilhado, mas a consolidação desse processo exige a perenidade das ações e a transparência total nos dados e nas condutas policiais. A segurança na Amazônia é um desafio de fôlego, onde a estatística deve servir como bússola para políticas cada vez mais humanas e eficazes.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A trajetória da segurança pública no Amazonas nos últimos anos revela um cenário de transição, onde o modelo tradicional de repressão começa a ceder espaço para estratégias mais integradas e focadas na proximidade com o cidadão. O policiamento comunitário, embora desafiado pelas imensas distâncias geográficas e pela complexidade das dinâmicas criminais na Amazônia, demonstrou ser uma ferramenta potente para a construção de uma segurança pública mais humana e eficaz. A redução dos índices de criminalidade letal em 2024 e 2025 é um indicativo positivo, mas não deve gerar complacência, dado que as taxas de violência ainda superam as médias nacionais e exigem um esforço contínuo de inteligência e prevenção.

A confiança pública, conforme discutido ao longo deste artigo, é o alicerce sobre o qual se constrói a legitimidade estatal. No contexto amazônico, essa confiança é conquistada através da presença constante, do respeito aos direitos humanos e da capacidade do Estado em oferecer respostas rápidas e eficazes tanto nos centros urbanos quanto nas regiões ribeirinhas.

A valorização do profissional de segurança, garantindo-lhe condições dignas de trabalho, saúde mental e educação financeira, é um pré-requisito indispensável para que o policiamento comunitário deixe de ser apenas uma diretriz teórica e se torne uma prática cotidiana transformadora. O policial, ao ser tratado com dignidade pela instituição, tende a replicar esse tratamento na sua interação com a comunidade, fechando um ciclo virtuoso de respeito e cooperação.

Conclui-se que a potencialidade do policiamento comunitário na Amazônia reside na sua capacidade de adaptar-se às realidades locais, promovendo a coprodução da segurança e fortalecendo os laços de solidariedade entre vizinhos e instituições. O futuro da segurança pública no Amazonas depende da continuidade dessas políticas de proximidade, aliadas ao investimento em tecnologia e, sobretudo, no capital humano. A integração entre as forças policiais e a sociedade civil, mediada pela transparência e pela busca comum pela paz, é o único caminho para superar os desafios históricos da região. Somente através de uma polícia que confia na sua comunidade, e de uma comunidade que vê na polícia uma aliada, será possível garantir a segurança plena e o exercício da cidadania na maior floresta tropical do mundo.

## REFERÊNCIAS

AGUIAR, D. M. de.; DAMASCENO, W. F.; SILVA JÚNIOR, L. C. T. da. **A rede de vizinhos protegidos e a coprodução de segurança pública: uma análise em Manaus**. Revista RCMOS, v. 3, n. 2, 2025. Disponível em: <https://submissoesrevistarcmos.com.br/rcmos/article/view/1837>. Acesso em: 24 jan. 2026.

AGUIAR, D. M. de.; SANTOS, R. P. **Cadastro ambiental rural: a legitimação da grilagem em terras públicas e as estratégias de combate**. Boletim de Conjuntura (BOCA), v. 16, n. 46, p. 241-263, 2023. Disponível em: <https://scholar.google.com/citations?user=PJhL5YcAAAAJ>. Acesso em: 23 jan. 2026.

ALBUQUERQUE, L. C. C. de. **Policiamento comunitário no Amazonas: ações implementadas e a percepção dos atores envolvidos**. Dissertação (Mestrado em Segurança Pública) - Universidade do Estado do Amazonas, Manaus, 2008. Disponível em: <https://repositorio.fgv.br/items/8812b153-63dd-4a75-8f82-488245761e13>. Acesso em: 25 jan. 2026.

AZEVEDO, B. B.; DANTAS, D. S.; AGUIAR, D. M. de. **A educação financeira como fator de melhoria na qualidade de vida dos policiais militares do Amazonas**. INTERFERENCE: A JOURNAL OF AUDIO CULTURE, v. 11, n. 2, p. 9792-9811, 2025. Disponível em: <https://interferencejournal.emnuvens.com.br/revista/article/view/662>. Acesso em: 26 jan. 2026.

BEATO, C. **Policiamento Comunitário: a visão dos policiais**. Sociedade e Estado, v. 33, n. 1, p. 233-255, 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/soc/a/GZv4XbJYK9FVWjYNYgX3MCS/>. Acesso em: 27 jan. 2026.

COSTA, A. T. M. **A gestão da vida e da segurança pública no Brasil**. Sociedade e Estado, v. 30, n. 1, 2015. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/se/a/GXvgpX8S3K9dFzL4GMCKy7G/>. Acesso em: 28 jan. 2026.

FERREIRA, D. V. S.; BORGES, J. F. **O policiamento comunitário como uma prática social e o gerencialismo na segurança pública**. Revista Políticas Públicas & Cidades, v. 15, n. 1, 2026. Disponível em: <https://journalppc.com/RPPC/article/view/2767>. Acesso em: 27 jan. 2026.

**FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA**. Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2025. São Paulo: FBSP, 2025. Disponível em: <https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2025/07/anuario-2025.pdf>. Acesso em: 29 jan. 2026.

LIMA, R. S. de. **Segurança pública no Brasil contemporâneo**. Nueva Sociedad, n. 256, 2015. Disponível em: [https://static.nuso.org/media/articles/downloads/p6-6\\_1.pdf](https://static.nuso.org/media/articles/downloads/p6-6_1.pdf). Acesso em: 29 jan. 2026.

NEVES, S. R. B.; POLARI, L. E. B.; AGUIAR, D. M. de. **O impacto do cerco inteligente de videomonitoramento na redução de roubos de veículos na cidade de Manaus**. Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação, v. 11, n. 12, p. 7506-7528, 2025. Disponível em: <https://periodicorease.pro.br/rease/article/view/23274>. Acesso em: 27 jan. 2026.

PESSOA, M. P. M. S.; AGUIAR, Denison Melo de. **A violência invisível na Amazônia: análise epidemiológica e institucional da vitimização policial (2022-2023)**. Revista Políticas Públicas & Cidades, v. 15, n. 1, e3014, 2026. Disponível em: <https://journalppc.com/RPPC/article/view/3014>. Acesso em: 24 jan. 2026.

PINHEIRO, J. M.; AGUIAR, D. M. de.; ZOGAHIB, A. L. N. **O controle da atividade de inteligência na PMAM (Polícia Militar do Amazonas)**. Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação, v. 11, n. 12, p. 6114-6128, 2025. Disponível em: <https://periodicorease.pro.br/rease/article/view/23274>. Acesso em: 27 jan. 2026.

ROLIM, M. **Confiança nas polícias: percepção dos residentes e das vítimas**. Sociedade e Estado, v. 33, n. 1, 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/soc/a/GZv4XbJYK9FVWjYNYgX3MCS/>. Acesso em: 26 jan. 2026.

SÁ LEITÃO, R. G.; AGUIAR, D. M. de.; JALES, G. E. S.; SÁ LEITÃO, C. G. **Análise dos homicídios em Manaus, Amazonas, em 2023: desafios e perspectivas para a segurança pública**. INTERFERENCE: A JOURNAL OF AUDIO CULTURE, v. 11, n. 2, p. 1632-1648, 2025. Disponível em: <https://interferencejournal.emnuvens.com.br/revista/article/view/165>. Acesso em: 28 jan. 2026.

SANTOS, A. C.; ZOGAHIB, A. L. N.; AGUIAR, D. M. de.; PINTO, S. G.; GÓES, H. B. **Instrução de tiro e habilitação por categorias de armas de fogo para a atuação do policial militar do Amazonas: percepção dos alunos do CAO 2023**. Revista Políticas Públicas & Cidades, v. 14, n. 2, e1714, 2025. Disponível em: <https://journalppc.com/RPPC/article/view/2289>. Acesso em: 23 jan. 2026.

SANTOS, W. S.; AGUIAR, D. M. de. **Políticas de segurança pública no Brasil: o II Plano Nacional de Segurança Pública e Defesa Social 2021-2030**. Equidade: Revista Eletrônica de Direito da UEA, v. 6, n. 1, 2022. Disponível em: <http://periodicos.uea.edu.br/index.php/equidade>. Acesso em: 25 jan. 2026.

SILVA FILHO, O. P.; AGUIAR, D. M. de.; LOPES, F. H. P.; GÓES, H. B. **Geografia e segurança pública em Itacoatiara-AM: desafios estruturais e estratégias de segurança pública entre 2014-2025.** INTERFERENCE: A JOURNAL OF AUDIO CULTURE, v. 11, n. 2, p. 9590-9610, 2025. Disponível em: <https://interferencejournal.emnuvens.com.br/revista/article/view/653>. Acesso em: 27 jan. 2026.

SIQUEIRA, W. W.; AGUIAR, D. M. de. **Policimento fluvial na Amazônia: desafios estratégicos e operacionais para a segurança pública em regiões ribeirinhas.** Revista Políticas Públicas & Cidades, v. 15, n. 1, e2961, 2026. Disponível em: [https://www.researchgate.net/publication/399412812\\_POLICIAMENTO\\_FLUVIAL\\_NA\\_AMAZONIA](https://www.researchgate.net/publication/399412812_POLICIAMENTO_FLUVIAL_NA_AMAZONIA). Acesso em: 29 jan. 2026.